

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A Governação da Mentira e da Fraude: Quando um direito pago pelo trabalho é vendido como esmola do Estado

Publicado em 2026-06-15 10:26:00



BOX DE FACTOS

- A taxa contributiva global do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem é de **34,75%**, sendo **23,75%** da entidade empregadora e **11%** do trabalhador.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

demais condições legais.

- Em 2026, o valor máximo do subsídio de desemprego é de **1.342,83 euros**, correspondente a 2,5 vezes o IAS.
- A nova Prestação Social Única anunciada pelo Governo junta várias prestações sociais **não contributivas**.
- Confundir prestações contributivas, pagas pelo trabalho, com apoios assistenciais é uma operação política perigosa e intelectualmente desonesta.

A Governação da Mentira: quando um direito pago pelo trabalho é vendido como esmola do Estado

Um país onde o Estado cobra durante décadas em nome da protecção social e depois trata o cidadão desempregado como suspeito moral não tem apenas

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

na mentiras políticas que não nascem de uma frase feita. Nascem de uma arquitectura inteira de linguagem, de silêncios, de meias verdades e de palavras cuidadosamente escolhidas para deslocar a culpa do sistema para o cidadão. É assim que, em Portugal, se foi construindo uma das maiores falsificações morais da vida democrática: a ideia de que o subsídio de desemprego é uma generosidade do Estado, uma espécie de esmola institucional concedida ao pobre desempregado, que deve agradecer de cabeça baixa e, se possível, ainda pedir desculpa por existir.

Nada mais falso. Nada mais indecente. Nada mais revelador da profunda pobreza política de uma governação que se habituou a administrar direitos como se fossem favores.

O subsídio de desemprego não é uma dádiva. Não é uma benesse. Não é uma gorjeta social lançada do alto da varanda ministerial para a multidão aflita. É uma prestação previdencial, construída sobre contribuições obrigatórias, pagas durante anos por trabalhadores e entidades empregadoras. A taxa contributiva global do regime geral é de 34,75%, repartida entre 23,75% pagos pela entidade empregadora e 11% pagos pelo trabalhador. Da **totalidade de descontos mensais de 34,75%, estão incluídos 3,76%, que correspondem ao custo técnico das**

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A grande fraude moral: cobrar como direito, narrar como favor

Durante décadas, os governos portugueses fizeram aquilo que melhor sabem fazer: fundiram, baralharam, agregaram, reformularam, redesenharam e depois apresentaram a confusão como modernização. A velha lógica do fundo de desemprego foi absorvida numa taxa contributiva única, invisível para a maioria dos cidadãos. O trabalhador deixou de ver claramente quanto paga para cada protecção específica. Passou a ver apenas uma palavra cinzenta: Segurança Social.

E, como quase sempre acontece neste país, aquilo que fica invisível acaba sequestrado pelo discurso político.

O cidadão desconta. A empresa contribui. O sistema arrecada. O Estado administra. Mas quando o cidadão cai no desemprego, por despedimento, falência, crise económica ou simples brutalidade do mercado, surge imediatamente a pedagogia da suspeita: será que quer trabalhar? Será que está a abusar? Será que não prefere ficar em casa? Será que não devia prestar trabalho social para justificar aquilo que recebe?

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Portugal tem este talento antigo para humilhar os frágeis e ajoelhar perante os fortes. Aos trabalhadores exige-se virtude. Aos grandes interesses oferece-se compreensão sistémica.

O desempregado não é um pedinte: é titular de um direito contributivo

Convém repetir, porque a memória pública portuguesa tem por vezes a consistência de um guardanapo molhado: o subsídio de desemprego é atribuído a quem cumpre condições legais. Não basta aparecer à porta da Segurança Social com ar triste e uma história dramática. É necessário ter prazo de garantia, registo de remunerações, desemprego involuntário, inscrição no centro de emprego e disponibilidade para trabalhar.

O próprio cálculo do subsídio mostra que estamos perante uma prestação regulada, limitada e condicionada. A regra geral corresponde a 65% da remuneração de referência, sujeita a tectos e travões. Em 2026, o valor máximo é de 1.342,83 euros. Mesmo para quem descontou durante décadas sobre salários superiores, o sistema não devolve proporcionalmente aquilo que recebeu. Protege

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

de desemprego como alguém sustentado pelo Estado, a verdade está a ser deformada. O Estado não sustenta: administra dinheiro arrecadado sobre o trabalho. E administra-o com uma solenidade moral que seria comovente se não fosse frequentemente acompanhada por desperdício, clientelismo, incompetência e uma criatividade orçamental que, aplicada à indústria, talvez já tivesse salvado o país.

A confusão conveniente entre protecção contributiva e assistência social

A recente conversa política sobre prestações sociais, obrigações, trabalho socialmente necessário e incentivos ao regresso ao mercado de trabalho revela um risco grave: misturar no mesmo saco realidades diferentes. Uma coisa é uma prestação não contributiva, dirigida a situações de insuficiência económica severa. Outra coisa é o subsídio de desemprego, nascido de contribuições obrigatórias de trabalhadores e empregadores.

A nova Prestação Social Única, segundo o próprio Governo, pretende juntar várias prestações sociais não contributivas. É legítimo discutir regras, condições de acesso, fraude, acompanhamento social e incentivos ao trabalho. Mas é intelectualmente desonesto deixar que essa discussão

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O truque é antigo: junta-se tudo sob a palavra “apoios”, depois fala-se de abuso, depois fala-se de deveres, depois fala-se de trabalho social, e no fim o cidadão comum já não distingue entre quem descontou durante trinta anos e quem recebe uma prestação assistencial por insuficiência de rendimentos. A confusão não é um acidente. É uma ferramenta.

Trabalho social ou trabalho barato com perfume moral?

O conceito de trabalho socialmente necessário pode parecer, à primeira vista, razoável. Ninguém de boa-fé defende que uma pessoa com capacidade para trabalhar deva ficar indefinidamente afastada de qualquer percurso de inserção profissional, formação ou actividade útil. A sociedade tem direito a exigir responsabilidade. Mas a responsabilidade deve ser mútua.

O problema começa quando o Estado, incapaz de criar uma economia robusta, salários decentes e serviços públicos eficazes, decide transformar pessoas desempregadas em reserva de mão-de-obra moralmente condicionada. A fronteira entre inserção social e exploração disfarçada é fina. E em Portugal, como sabemos, as fronteiras finas costumam

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

contrato, salário, direitos, protecção e dignidade. Se é formação, deve formar. Se é integração, deve integrar. Se é ocupação simbólica para disciplinar pobres, então não é política social: é teatro punitivo.

O Estado não pode passar décadas a beneficiar de contribuições sobre o trabalho e, no momento da vulnerabilidade, exigir ao cidadão uma prova suplementar de merecimento moral. O desemprego já é uma ferida suficiente. Não precisa de vir acompanhado de sermão administrativo.

A política portuguesa e a arte de culpar os pequenos

Há uma constante na governação portuguesa: quando o problema está em cima, procura-se culpa em baixo. Se a economia é frágil, a culpa é do trabalhador pouco produtivo. Se os salários são baixos, a culpa é da qualificação insuficiente. Se há desemprego, a culpa é do desempregado que não se esforça. Se a Segurança Social está sob pressão, a culpa é do cidadão que recebe umas centenas de euros para sobreviver.

Curiosamente, quando se fala de grandes desperdícios, rendas excessivas, resgates bancários, parcerias ruinosas,

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

sistema. Há interesse nacional. Há sempre uma expressão elegante para absolver os poderosos.

Portugal construiu uma república onde os pequenos são fiscalizados com lupa e os grandes observados com telescópio virado ao contrário.

A iliteracia política como combustível da mentira

Esta manipulação só é possível porque uma parte significativa da população foi afastada da compreensão real dos mecanismos do Estado. O cidadão sabe que desconta, mas raramente sabe para quê. Sabe que paga, mas não sabe como se reparte. Sabe que tem direitos, mas ouve todos os dias que esses direitos são custos. Sabe que trabalha, mas foi ensinado a agradecer quando lhe devolvem uma pequena parte da protecção que financiou.

Esta é a tragédia cívica portuguesa: o povo paga o sistema, mas é tratado como se vivesse à custa dele.

E quando alguém se atreve a explicar que o subsídio de desemprego é um direito contributivo, não uma esmola estatal, logo surgem os padres da austeridade moral a falar de sustentabilidade, abuso, responsabilidade e disciplina.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

proprietário

A Segurança Social não é propriedade dos governos. Não é cofre privado de ministros. Não é instrumento de propaganda. Não é palco para discursos paternalistas. É uma construção colectiva, financiada pelo trabalho, destinada a proteger os cidadãos nas fases de maior vulnerabilidade.

O Estado é administrador. Não é dono. E um administrador decente presta contas, explica, separa conceitos, respeita os contribuintes e não transforma direitos em favores discursivos. Quando um governo fala de prestações sociais sem distinguir claramente o que é contributivo e o que é assistencial, está a praticar má pedagogia pública. Quando o faz sabendo que essa confusão lhe é politicamente útil, passa da ignorância para a manipulação.

**Conclusão: não é apenas uma questão social,
é uma questão de verdade**

O verdadeiro escândalo não está apenas no valor baixo ou limitado do subsídio de desemprego. Está na narrativa. Está na forma como o poder político tenta reescrever a origem dos direitos sociais. Está na transformação do contribuinte em

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

involuntário não deve ser humilhado. Quem recebe uma prestação contributiva não está a viver da bondade do Governo. Está a accionar uma protecção que ajudou a financiar. Esta distinção é fundamental para uma democracia adulta.

Mas talvez seja esse o problema: Portugal continua muitas vezes a ser governado como se o povo fosse menor de idade. Um povo a quem se cobram impostos como adulto, se impõem deveres como adulto, se exige sacrifício como adulto, mas a quem se explicam os direitos como se fossem favores concedidos por uma autoridade paternal.

Esta governação de mentira vive precisamente dessa infantilização. Chama reforma à confusão. Chama responsabilidade à punição dos frágeis. Chama solidariedade àquilo que foi pago pelo trabalho. Chama abuso ao que muitas vezes é apenas sobrevivência.

E assim continuamos: um país onde os governos querem aplauso quando devolvem migalhas, silêncio quando retiram direitos e gratidão quando administram mal aquilo que não lhes pertence.

A verdade, porém, é simples: o subsídio de desemprego não é esmola. É direito. E um país que não sabe distinguir

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Fontes e referencias

- Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social — Diário da República
- Gov.pt — Requerer o subsídio de desemprego
- IEFP — Direitos e deveres dos beneficiários
- Governo de Portugal — Prestação Social Única: o que é e como funciona
- Comunicado do Conselho de Ministros de 29 de Maio de 2026

Fragmentos do Caos

Texto de Francisco Gonçalves, em co-autoria editorial com **Augustus Veritas.**

Esta forma de governar vive de uma ocultação essencial: taxa o trabalho durante décadas, dissolve os descontos numa taxa global incompreensível para a maioria dos cidadãos e, depois, apresenta os direitos sociais como se fossem generosidade do Estado. O

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

suspeito ou apegante. Eis a grande falsificação moral da governação portuguesa: transformar direitos conquistados pelo trabalho em favores administrados pelo poder. E o truque supremo é ainda pior quanto a grande maioria dos cidadãos e trabalhadores, também fruto da disseminação da iliteracia política, desconhece por completo os seus direitos.

A perfidez está em taxar o trabalho como obrigação, esconder o direito como memória e apresentar a protecção social como favor. É assim que uma democracia se degrada: não retirando apenas direitos, mas ensinando o povo a envergonhar-se deles.

- Francisco Gonçalves

 [GitHub Pages](#)

 [CodeBerg Pages](#)

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.